

A PSICOLOGIA NA REDE DE ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM PAULO AFONSO - BA

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro

Discente do curso de Psicologia da Faculdade Sete de Setembro; e-mail: larissa.coribeiro@gmail.com

Renilson Pereira dos Santos

Discente do curso de Psicologia da Faculdade Sete de Setembro; e-mail: rrenillson19@gmail.com

Larissa Raposo Diniz

Docente do curso de Psicologia da Faculdade Sete de Setembro; e-mail: larissa.diniz@fasete.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa parte da indagação de como a rede de assistência às mulheres vítimas de violência se apresenta no município de Paulo Afonso (BA). A partir disso, pretendeu-se averiguar a atuação dos psicólogos na rede de assistência às mulheres vítimas de violência na referida cidade, em quais serviços os profissionais estão inseridos e como estão desenvolvendo seu trabalho. Previamente, o projeto da pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Sete de Setembro (CEP/FASETE), tendo-se a aprovação desse órgão. Metodologicamente foi realizado um estudo qualitativo e descritivo, em que a coleta de dados foi realizada por entrevistas semiestruturadas durante os meses de setembro e outubro de 2018 com psicólogos que atuassem, ou tivessem atuado, nos serviços de saúde, apoio jurídico policial e psicossocial com as vítimas de violência doméstica. Vale salientar que as entrevistas foram gravadas com a permissão das participantes e suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa possibilitou a identificação do trabalho em rede entre diversas instituições que compõem a assistência à mulher, com demandas individuais e em grupos, buscando o empoderamento e a autonomia dessas. Além disso, ocorreu a descrição dos tipos de violência mais comuns contra as mulheres no município e a construção do perfil das vítimas através do discurso das psicólogas. Logo, a discussão presente neste trabalho é importante para conhecimento dos exercícios realizados na política de assistência para as mulheres que sofreram violência e abre margem para novos estudos que objetivem solucionar ou discutir as dificuldades descritas.

Palavras-chave: Rede de Assistência. Mulheres Vítimas de Violência. Psicologia

ABSTRACT

The present work starts questioning how the assistance network for women victims of violence works in the city of Paulo Afonso (BA). From this, it was intended to investigate the psychologists' work in the network of assistance to women victims of violence in that city, in which services the professionals are inserted and how they are developing their work. Previously, this work was analyzed by the Research Ethics Committee of the Faculdade Sete de Setembro with the approval of this committee. Methodologically, a qualitative and

descriptive study was carried out, in which the data collection was performed by semistructured interviews during the months of September and October (2018) with psychologists who acted, or had actuated, in the health services, police and psychosocial legal support with the victims of domestic violence. The interviews were recorded with the permission of the participants and their signatures in the Free and Informed Consent Form. The research made it possible to identify the network work among several institutions that make up women's assistance, with individual and group demands, seeking their empowerment and autonomy. In addition, a description of the most common types of violence against women in the municipality was created and the construction of the victim's profile through the reports of psychologists. Therefore, the discussion present in this work is important to guide the exercises carried out in the assistance policy for women who have suffered violence and opens the door to new studies aimed at solving or discussing the difficulties described.

Keywords: Service Network. Women Victims of Violence. Psychology

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher pode ser caracterizada como um fenômeno fundamental à desigualdade de gênero, estando relacionada a concepções sobre o feminino e masculino que sustentam relações históricas de dominação e submissão, nas quais os aspectos considerados do universo masculino são supervalorizados em detrimento aos do feminino. Essas concepções determinam como o homem e a mulher devem agir em suas relações, estimulando a concentração do poder na mão dele e legando à mulher um lugar de objeto e subalternidade.

As atuais políticas públicas desenhadas para a assistências às mulheres vítimas de violências doméstica estimulam a criação de uma rede de serviços composta por órgãos das áreas da saúde, da assistência psicossocial e jurídico policial, que trabalham de forma articulada e em parceria para superação da situação de violência. O profissional da psicologia está inserido nas equipes de trabalhos dos referidos serviços, atuando com foco multi e interdisciplinar, em conjunto com os profissionais das diversas áreas que fazem parte da rede de assistência, a exemplo dos assistentes sociais, delegados, advogados, policiais, médicos, enfermeiros e outros.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

Conforme recomendação do CREPOP³² (2013), o trabalho do psicólogo nessa rede de assistência deve ter como base, primeiramente, os princípios do seu código de ética profissional, unido aos marcos legais dos quais o Brasil é signatário relacionados à defesa dos direitos da mulher, cabendo ao psicólogo “entender que a violência contra mulher se caracteriza principalmente como uma violação de direitos humanos, e que a questão de gênero é balizadora para sua compreensão” (pag.77). Portanto, mobilizados pela indagação de como essa rede se apresenta no município de Paulo Afonso (BA), realizamos uma pesquisa cujo foco foi o fenômeno da violência contra a mulher no referido município, com ênfase na atuação dos psicólogos (as) na rede de assistência a essas vítimas.

Nosso objetivo foi verificar a atuação dos psicólogos na rede de assistência às mulheres vítimas de violência na cidade, em quais serviços eles estão presentes e como vem realizando o seu trabalho. Metodologicamente, realizamos um estudo qualitativo e descritivo que, de acordo com a compreensão de Gil (1999, p.44), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. No que se refere ao método qualitativo, Minayo, Deslandes e Gomes (2013, p. 21) pontuam que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social”.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com profissionais com formação em psicologia que trabalhassem, ou haviam trabalhado, nos serviços de saúde, de apoio jurídico policial e psicossocial que acolhem a mulher que sofre violência doméstica. As entrevistas ocorreram durante os meses de setembro e outubro do ano de 2018, foram gravadas em áudios e transcritas com a autorização das participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ainda utilizamos, nas nossas análises, dados cedidos pelo órgão de apoio psicossocial no que concerne ao perfil das vítimas ali atendidas nos anos de 2016 e 2017, tais como número de mulheres acolhidas e suas idades, nível de renda, de escolarização, tipos de violência sofrida e, também, quantas foram desligadas do serviço nesse período, além de informações sobre o trabalho realizado e o fluxo de encaminhamentos entre os serviços no município.

³² O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogos/os que atuam nas diversas políticas públicas.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

Antes de darmos início as entrevistas, no entanto, foi apresentado o projeto da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Sete de Setembro (CEP/FASETE), tendo-se a aprovação desse órgão para a realização do trabalho. Além disso, foi necessária a obtenção de cartas de anuência dos órgãos locais e estaduais responsáveis pela prestação dos serviços nos quais os psicólogos participantes da pesquisa atuam ou atuavam.

Durante todo o processo de coleta de dados alguns obstáculos foram enfrentados. Um fator que dificultou a realização da pesquisa foi o número reduzido de psicólogas e psicólogos trabalhando nos serviços que oferecem assistência às mulheres vítimas de violência, alguns atuando inclusive em dois âmbitos diferentes, a exemplo de uma participante que atua tanto em órgão psicossocial como de saúde. Tivemos uma entrevistada cuja contribuição limitou-se ao envio das suas respostas às nossas perguntas por escrito, recusando-se a gravar sua entrevista. Por isso, decidimos ampliar o grupo de participantes e estendemos para profissionais que haviam atuado anteriormente na rede de assistência, não nos restringindo apenas aos que se encontravam a frente dessas instituições no período da coleta.

Ademais, salientamos que as entrevistas foram realizadas com profissionais do sexo feminino pois todo o grupo de psicólogos, que atuava na rede de assistência à mulher no período da pesquisa, era composto por mulheres. Pensando em garantir o anonimato das suas identidades, utilizamos pseudônimos para que fosse possível trazermos trechos de suas falas nas nossas discussões, e ainda optamos por não identificar os órgãos aos quais se encontravam vinculadas, escolhendo por classifica-los apenas como sendo jurídico-policial, psicossocial ou de saúde. Os serviços e tempos de atuação na rede de assistência são apresentados em quadro a seguir:

Tabela 1 - Identificação das entrevistadas

Nº	NOME	SERVIÇO	TEMPO DE ATUAÇÃO	PERMANENCIA NO SERVIÇO
01	Fernanda	Jurídico-policial	2 anos	Atuante
02	Samara	Psicossocial	3 anos	Não atuante
03	Cláudia	Psicossocial	6 meses	Não atuante
04	Ana	Psicossocial e Saúde	3 anos	Atuante
05	Karoline	Psicossocial	2 anos	Não atuante

2 DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

A seguir, mostramos as análises das entrevistas com as profissionais de psicologia. Para uma melhor organização as dividimos em dois eixos: 1) serviços em rede, 2) atuação das psicólogas e, 2.1) perfil das mulheres vítimas de violência. Vale ressaltar que no eixo 2.1 apresentamos o perfil das mulheres vítimas de violência construído pelos discursos das profissionais.

2.1 Serviços em rede

Através das entrevistas com as profissionais da psicologia foi possível compreender como a rede de assistência às mulheres vítimas de violência se estrutura no município. No campo jurídico-policial, o órgão responsável, segundo Fernanda:

Fernanda: Possui uma atuação pautada no acolhimento, na escuta, orientação e proteção para as mulheres em situação de violência... visando dentro, dá... das leis vigentes, claro, né?!, coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como consta na lei 11.342/2006, que é a lei Maria da Penha (Jurídico-policial).

Ainda de acordo com a referida psicóloga, a instituição não realiza atendimento apenas às mulheres, mas também às crianças, adolescentes e idosos de ambos os sexos, que tiveram seus direitos violados. No que se refere ao campo psicossocial, o órgão competente, de acordo com os discursos de Samara, Cláudia e Ana, é aberto para as mulheres com idade superior aos 18 anos:

Samara: Aqui a gente atende mulheres a partir de 18 anos que sofreram alguma violência, seja ela física, psicológica, emocional, patrimonial... todos os tipos de violência. Os atendimentos aqui no serviço psicossocial eles tem o acompanhamento... atendimento, na verdade, o acompanhamento dessa mulher nos atendimentos psicológicos, também na área social, temos uma assistente social, e tem uma advogada também para estar acompanhando essa mulher (Psicossocial).

Cláudia: Os serviços oferecidos lá são de acolhimento e acompanhamento psicológico, social e também de... uma advogada que presta assessoria jurídica às mulheres vítimas de violência. E tem algumas oficinas lá que são oferecidas às mulheres, de geração trabalho, renda e ocupacionais também (Psicossocial).

Karoline: Ainda na atuação nesse serviço, além desse atendimento, dessa escuta desse acolhimento, é, tinham grupos, então, era feito uma seleção das mulheres que tinham uma condição de participar dos grupos, né, de como partilhar o sofrimento, de como partilhar um pouco da rotina da vida, então, eu lembro que eu trabalhava muito com a arte terapia né, e aí já traz um pouco da minha construção e tudo mais, então eu trabalhava com a arte terapia e com o auto relato, então elas relatavam para as amigas, para as companheiras, né um pouco da sua vivência, da sua história e nesse compartilhar elas se fortaleciam e enfim né, uma coisa suporta a outra (Psicossocial).

Assim, pode-se observar que o serviço psicossocial do município não apresenta apenas serviços psicológicos, mas também jurídicos através de uma advogada. Logo, a instituição

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

proporciona uma proteção ampliada para a mulher vítima de violência, para que, de acordo com as entrevistadas, possa superar esse sofrimento. Outro ponto a se ressaltar é que as entrevistadas afirmam que o referido órgão possui uma atenção com toda a família afetada por esses abusos e a necessidade de fortalecer esses vínculos familiares.

Como citado por Karoline, o referido órgão realiza oficinas e cursos em grupo para as mulheres que estão em acompanhamento. Segundo dados disponibilizados pelo próprio serviço, nos anos de 2016 e 2017, algumas das oficinas e cursos realizados foram: porta joia de bolinha de gude, porta batom de EVA, porta pano de prato, curso de flor e boneca de fuxico, bordado com fita, entre outros. Desse modo, observamos que as oficinas e cursos oferecidos ainda possuem um caráter de padronização feminina, pois são relacionados a objetos para casa ou visando à estética.

Ainda de acordo com os dados obtidos nos anos de 2016 e 2017, notamos que, nesse período, mais de 600 mulheres realizaram acompanhamento no serviço e mais de 100 foram inseridas para iniciar o mesmo processo. Vale destacar que o número de mulheres que foram desligadas em 2016 soma 21 e em 2017 soma 35, ou seja, do total de mulheres em acompanhamento (somando com as que já estavam e as novas que foram inseridas) no ano de 2016, se teve um total de 2,65% de usuárias desligadas do serviço, já em 2017 essa porcentagem aumentou para 4%. Isso mostra o vínculo de longa duração das mulheres assistidas nessa instituição.

Esses números nos levam ao questionamento sobre o motivo delas permanecerem tanto tempo vinculadas ao órgão. Segundo Portella (2005, p. 93), o propósito das políticas “seria proteger as mulheres vítimas de violência oferecendo-lhes apoio direto e construindo suportes institucionais para que elas possam sair da situação violenta”. Ou seja, além dos serviços específicos para o fenômeno de violência contra a mulher, é necessária uma ampliação dessa atuação, tendo-se uma vinculação ampla com todos os órgãos sociais e as políticas desenvolvidas por eles, pois, sabe-se que esse fenômeno está intrinsecamente estruturado na sociedade, como alertado pela mesma autora (2005, p. 99) a seguir:

Neste grupo, incluem-se ainda, as formas de combater as causas da violência através de políticas de educação, saúde, desenvolvimento rural e industrial, emprego, enfim, em todos os campos da ação governamental. Além disso, há que se implantar políticas públicas especificamente voltadas para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, integradas ao conjunto das políticas de governo.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

Assim, compreendemos que, talvez, um dos motivos da permanência prolongada na referida instituição poderia estar associado à falta de suportes nas diversas esferas institucionais, para além dos serviços da rede de assistência, como o fortalecimento da segurança pública, de políticas para educação e acesso a empregos para essas mulheres, as auxiliando a tornarem-se independentes.

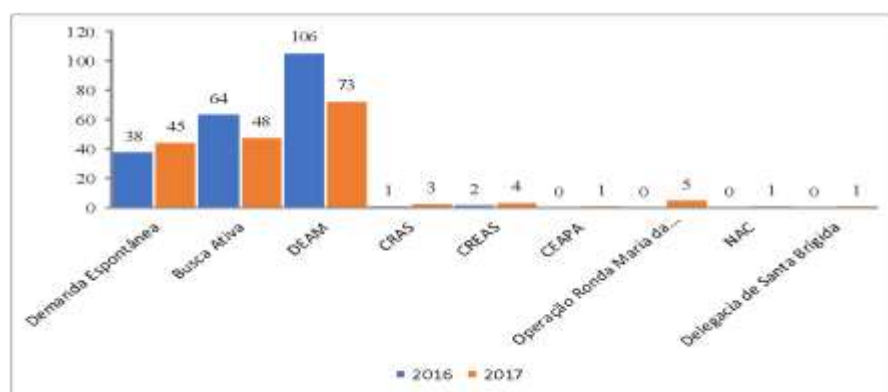
Outro ponto identificado nos discursos das entrevistadas é a descrição dos serviços dispostos numa rede de assistência, possuindo uma integração entre eles, em que é possível realizar encaminhamentos a depender das necessidades específicas de cada caso:

Fernanda: O atendimento aqui é-psicossocial, tá certo? É em companhia, né, em conjunto, melhor dizendo, com profissionais da assistência social. Esse... essa atuação é importante e necessária que se dê de forma humanizada, né?, e sem julgamentos, para que essa pessoa se sinta, né, acolhida, a vontade em, em, sua fragilidade, 'tá? A partir daí é feito o encaminhamento a rede de apoio, né, essa rede de apoio é municipal e estadual, né. E essas vítimas vão contar com um acompanhamento, 'tá, depois desse atendimento nosso aqui na delegacia, esse atendimento é psicológico, social e jurídico (Psicossocial).

Samara: Só sei que, assim, já teve uma situação que eu acompanhei, por conta até do próprio CREAS... que eu também encaminho as mulheres pra cá, enquanto essa mulher chegou aqui, ela sofreu, ela realmente tinha sofrido a violência física... Não que sempre foi uma parceria brilhante a delegacia, as delegadas andam, sempre andaram em conjunto com a gente, na hora que a gente precisa, em um atendimento se houver necessidade, eu ligava, eu sabia que a delegacia tava de prontidão pra nos atender, para dar esse suporte aqui pra essas mulheres (Psicossocial).

Dessa forma, de acordo como as entrevistadas, a rede do município apresenta uma conexão, tendo-se uma distribuição entre ela, possibilitando que as mulheres transitem por diferentes espaços. Isso também fica claro ao visualizar os dados obtidos pelo órgão nos anos de 2016/2017, representados no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Origem das demandas do Serviço Psicossocial nos anos 2016-2017 – em números absolutos



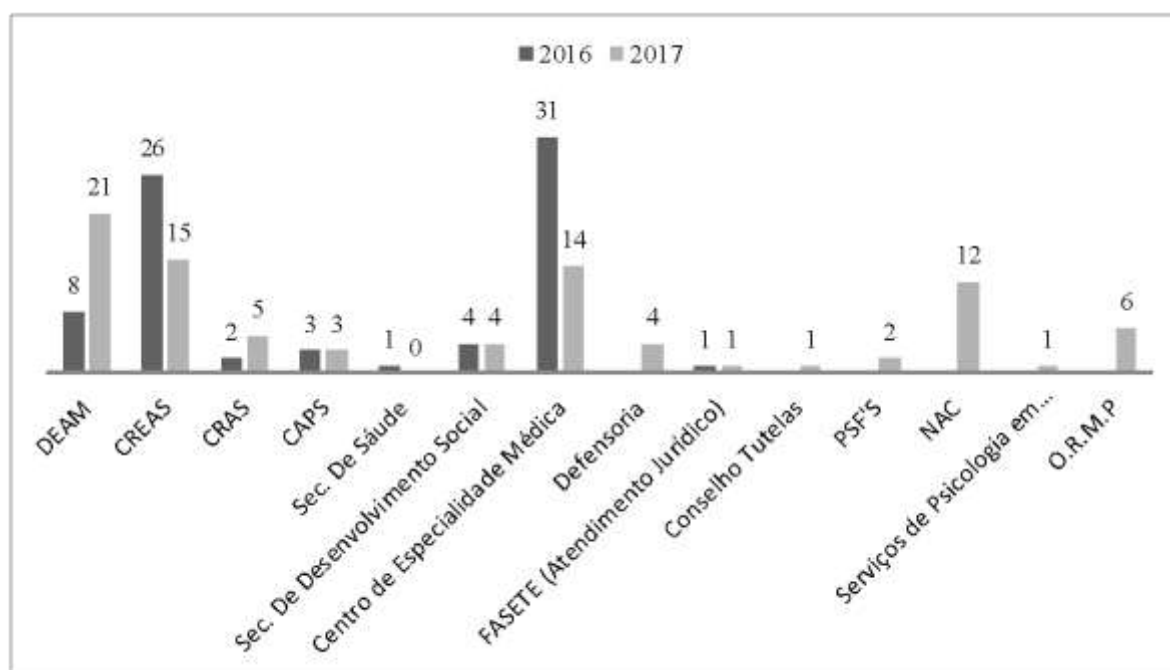
Fonte: números cedidos pela instituição, 2018.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

Desse modo, podemos observar que o serviço que mais encaminha mulheres para o órgão de apoio psicossocial é a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, correspondendo a 106 casos no ano de 2016 e 73 em 2017. Ressaltamos que em terceiro lugar está a demanda espontânea, mostrando como as mulheres também o buscam por conta própria, sem passar por nenhum outro serviço anteriormente, correspondendo a 38 demandas no ano de 2016 e 45 em 2017.

No que se refere aos encaminhamentos que a referida instituição realiza, a maior quantidade é para o Centro de Especialidade Médica (2016) e para o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), no ano de 2017. O primeiro se refere a um serviço no âmbito da saúde que realiza procedimentos nas áreas de cardiologia, neurologia, psiquiatria, endocrinologia, angiologia e odontologia. O CREAS oferece acompanhamentos para as famílias que tiveram algum dos seus direitos violados, como no caso de violência contra a mulher, pois todo o núcleo familiar é afetado, até mesmo os filhos, seja esses visualizando o que acontece com as mães ou também sendo agredidos.

No Gráfico 2 são apresentados os demais encaminhamentos realizados pelo serviço psicossocial:



Fonte: números cedidos pela instituição, 2018.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

A Ronda Maria da Penha é outro serviço que está disponível para as mulheres, sendo uma medida protetiva e também dando suporte ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em Paulo Afonso, a Ronda tem aproximadamente 2 anos de implantação, trazendo segurança não apenas a mulher, mas também aos profissionais do serviço que realizam visitas domiciliares, como citado nas falas das entrevistadas:

Karoline: Visita domiciliar, é, era um ponto que eu questionava porque achava interessante que tivesse... Não, não tinha! Por uma questão de integridade física mesmo, de resguardar a integridade física, então no tempo nós tínhamos uma consultoria que não achava interessante realizar as visitas, porque a proposta era que a gente pudesse fazer uma busca ativa das mulheres que não estavam frequentando pra compreender né? O motivo porque elas estavam desligadas, afastadas do centro, mas essa consultoria por uma questão de resguardar mesmo a integridade física não achava interessante que a gente fizesse essa visita em locu, né! (Psicossocial).

Samara: Quando ela não era implantada aqui, no ato das minhas visitas - porque a gente fazia visita também -, a gente tinha cautela, porque querendo ou não a gente vai tá visitando uma mulher que ela sofre a violência, e que existe o agressor dentro do lar, e isso a gente ficava cautelosa, com medo mesmo. Teve algumas situações de constrangimento, de um homem expulsar umas das técnicas daqui, da assistente social, de homem tá, chegar ao ponto de tá armado, também, e assim, a gente ficava... até o ambiente aqui, tinha momento que a gente parava e começava a refletir, a gente tá num ambiente atendendo essas mulheres... tinha a Guarda Municipal? Tinha! Mas a gente queria algo mais, mostrar pra essas mulheres que aqui no serviço psicossocial, ela também tão protegidas, aí nada mais justo do que a Ronda Maria da Penha se fazer presente aqui, para no ato da mulher estar lá no atendimento psicológico, a psicóloga ou a assistente social, detectar já acompanhar, já encaminhar essa mulher pra Ronda, pra ela se fortalecer cada vez mais, até pro ato da própria denúncia, pra ela mesma denunciar (Psicossocial).

Desse modo, entendemos que, mesmo com os serviços que já estavam em andamento e o suporte prestado pela Guarda Municipal e a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, ainda se fazia necessário um serviço próprio de proteção policial para o caso de violência contra a mulher. Assim, como pontua Karoline, no período em que não se tinha a Ronda Maria da Penha, os profissionais tinham uma preocupação com sua integridade física, por isso não realizavam as visitas domiciliares. Mas, com sua implantação, de acordo com Samara, teve-se mais proteção para as vítimas e até mesmo para os profissionais, sendo mais um fator de fortalecimento para essa mulher realizar a denúncia.

2.2 Atuação das psicólogas

Por meio da entrevista com a psicóloga do jurídico-policial, foi possível compreender como ela desenvolve seu trabalho no âmbito jurídico do município. Conforme a entrevistada Fernanda, seu atendimento é no sentido psicossocial, trabalhando em parceria com outros profissionais do serviço. Ela afirma que é relevante que sua atuação seja por um viés mais humanizado, e que seus atendimentos não sejam restritos apenas à mulher que sofreu a

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

violência, como também aos filhos da vítima que então inseridos nesse contexto de agressões, como foi citado anteriormente no primeiro tópico da análise (p. 4).

No que se refere ao campo psicossocial, as entrevistadas informam que o atendimento àquelas que procuram esse serviço procede da seguinte forma:

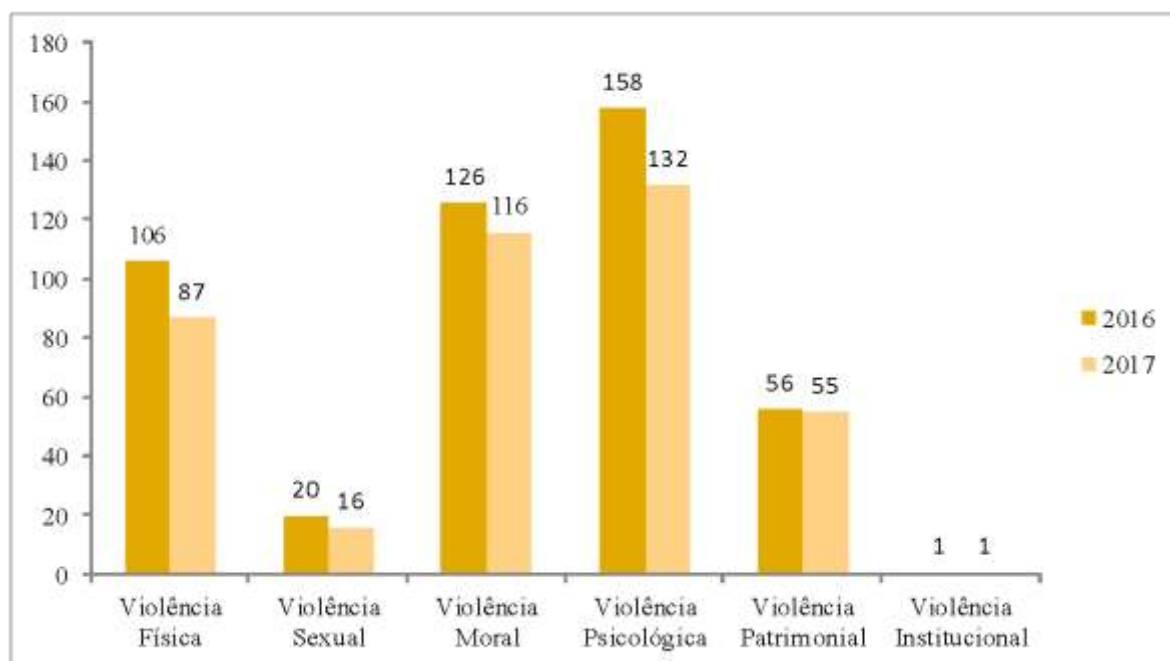
Samara: E nos atendimentos eu percebia a superação daquela mulher, a gente tá ao longo dos procedimentos né, a gente... eu percebia a evolução daquela mulher, mas também percebia que, por mais que ela havia é, superado, houvesse aquela superação, momentaneamente ela já poderia cair novamente, né, ter aquele, aquela fraqueza novamente, lidar novamente, aceitar novamente aquela violência. Então era, era um trabalho muito inconstante, era um trabalho que, que tinha que tá fortalecido, por todo uma equipe multiprofissional e por todo uma rede, porque o que eu sempre digo, na violência a gente nunca sabe o quê que a gente pode, o quê que a gente veem a se deparar né, nunca, hoje aquela mulher tá bem, amanhã ela já está fragilizada, novamente (Psicossocial).

Ana: A intervenção da psicologia para a superação da saúde psíquica das mulheres vítimas de maus tratos, uma vez que a violência traz impactos sérios na vida/saúde de uma forma geral. Nós, no serviço psicossocial, trabalhamos com as seguintes atividades: encaminhamento a Rede Socioassistencial do Município de Paulo Afonso; orientação e apoio as famílias das mulheres atendidas, buscando reestabelecer e fortalecer seus vínculos afetivos e morais como base no resgate a cidadania; palestras, oficinas sobre saúde, bem estar, auto estima, valorização pessoal, gênero e violência etc; grupos comunitários com oficinas de artes, recreação e cultura (Psicossocial).

A partir desses discursos, observamos que tanto no campo jurídico como no psicossocial, as profissionais trabalham visando o acolhimento das vítimas que sofreram algum tipo de violência como salientado anteriormente, buscando, assim, o fortalecimento emocional das assistidas como também a ressignificação dos maus tratos. No entanto, é importante notar que existe uma diferença entre ambos, pois no campo jurídico-policial, o acolhimento também se estende aos filhos das vítimas.

Segundo Samara, o tipo de violência que as mulheres mais sofrem é a psicológica, seguida da moral e logo depois a física. Isso também pode ser visualizado no Gráfico 3 com os dados obtidos pelos serviços psicossocial nos anos 2016/2017:

Gráfico 3: Tipos de violação intrafamiliar das mulheres atendidas no Serviço Psicossocial nos anos 2016-2017 – em números absolutos.



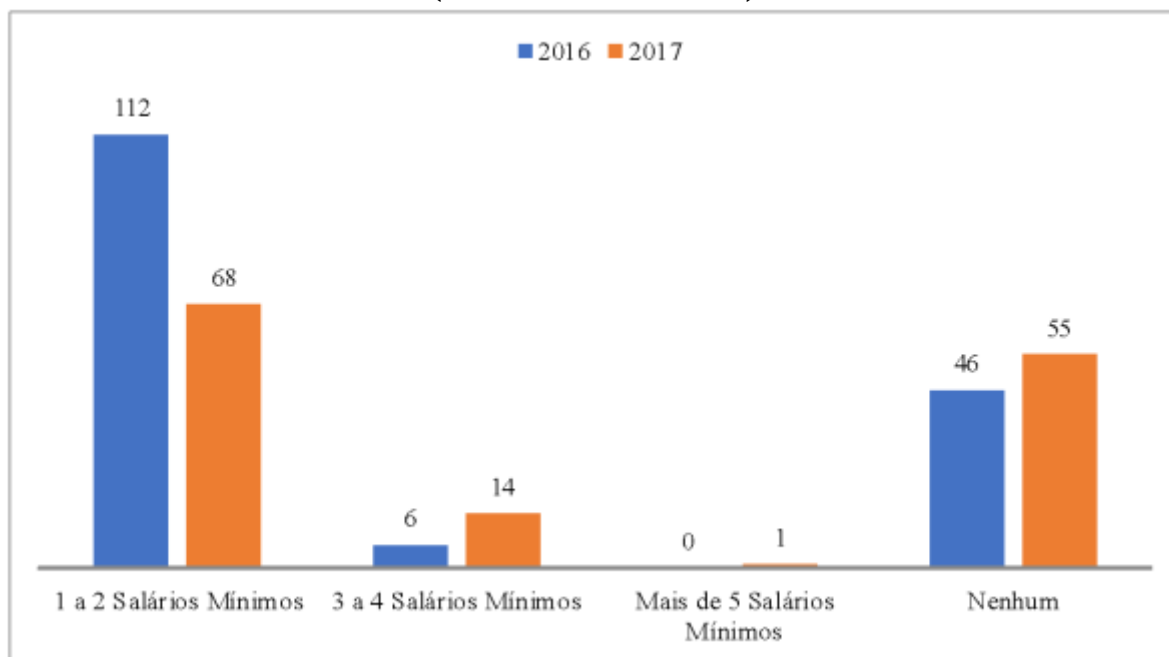
Fonte: números cedidos pela instituição, 2018.

Esses dados mostram que a violência psicológica é a que mais ocorre no contexto do município. Segundo o Instituto Maria da Penha, no Relógio da Violência (2018), a cada 2,6 segundos uma mulher é vítima de ofensa verbal no país, a cada 6,3s ocorre ameaça de violência e em 6,9s alguma é vítima de perseguição. Em contra partida, a violência física ocorre a cada 7,2s. Desse modo, é necessário um trabalho mais extensivo com essas mulheres na esfera emocional, para que elas possam superar esse tipo de violação.

2.3 A mulher que sofreu a violência

Nosso trabalho teve como alvo de análise o trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia, contudo, através de dados colhidos no serviço psicossocial e dos discursos das entrevistadas, foi possível estabelecer um perfil das mulheres que sofreram violência em Paulo Afonso - BA. Em 2017, de acordo com os números disponibilizados pela instituição do campo psicossocial, 48% das mulheres que eram acompanhadas tinham entre 31 a 50 anos, 57% dessas tinham apenas o ensino médio completo, 28% tinham como estado civil casado e 91% possuíam filhos. Além disso, outra situação pode ser analisada é a renda familiar das vítimas, ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 4: Perfil das Mulheres Acompanhadas no Serviço Psicossocial – Renda Familiar (em números absolutos)



Fonte: números cedidos pela instituição, 2018.

Conforme o gráfico, 101 (somatório dos dois anos) mulheres não recebem nenhuma renda familiar, o que para nós pode ser um fator contributivo para que as vítimas não consigam sair desse quadro de violência, como também analisa Cláudia, participante da nossa pesquisa que atuou no campo psicossocial: “a mulher vítima de violência, tá relacionado às demandas que ela traz, como por exemplo, a dependência financeira e emocional da mulher que faz com que ela não saia da situação de violência”.

Sabemos que as questões de gênero podem provocar esse contexto, pois o espaço público é socialmente destinado ao masculino, enquanto que para as mulheres suas funções se referem aos cuidados com a casa e os filhos. Quando estas começaram a participar de forma mais ativa nas sociedades capitalistas, trabalhando fora do âmbito doméstico, as desigualdades, no entanto, continuaram, como a maternidade sendo colocada como “empecilho” e dificultando, inclusive, sua contratação. Isso pode ser verificado também no salário das empregadas, que é menor que o dos homens, mesmo quando eles desempenham a mesma função. Temos, assim, a supervalorização do trabalho masculino, o que possibilita que eles desempenhem a autoridade política na sociedade (ALBERNAZ, LONGUI, 2009).

Saffioti (2005, pág. 42), ao se referir sobre as relações no sistema patriarcal, ressalta que:

Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. A exploração chega a ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 60% dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos.

Diante disso, existem múltiplos fatores que favorecem a opressão feminina, sendo um deles a desvalorização no mercado de trabalho, pois, mesmo com um nível escolar maior as mulheres recebem menos que os homens. Assim, essa desigualdade financeira pode ser um dos fatores da dependência da vítima com o agressor. Mas, além disso, é notado um vínculo emocional que pode contribuir para a resistência das mulheres em procurarem os serviços para prestar a queixa, como citado nos discursos das psicólogas:

Fernanda: O que eu percebo bastante é a resistência que as mulheres vítimas de violência têm, é... em seguir em frente com as queixas prestadas, né. Elas... é, quase que de uma forma maternal, tentam com que esse... com que esse agressor não seja punido, tá certo? Elas ainda se preocupam MAIS, com o agressor do que com a própria situação vivenciada, né. E de uma forma contraditória tentam proteger esses algozes, né? (grifo da entrevistada), (Jurídico-Policial).

Samara: As mulheres aqui, o perfil das mulheres né, que a gente atendeu, atende aqui no trabalho psicossocial, tanto pode vir encaminhada da rede né, de saúde, do social, ou através da busca espontânea, a maior parte das mulheres, vem por conta da violência realmente, mas, quando eu atendia eu dizia que assim, era um grande passo ela entrar no serviço psicossocial, ela nos procurar, e aí aquela mulher vinha muito, muito fragilizada, fragilizada principalmente emocionalmente né, porque ao passar dos anos a gente vai percebendo, que a violência da mulher é aquela dependência, aquela dependência daquele amor, daquele homem, e aquele amor doentio, então a procura dela era por aquele fortalecimento, era por aquele resgate da autoestima dela, do SER mulher, que ali já estava totalmente fragilizado (grifo da entrevistada), (Psicossocial).

Karoline: Nosso objetivo maior, era essa palavrinha que nos centros de referência era muito utilizadas, empoderar, trabalhar com empoderamento, potencializar essa mulher, é mostrar outras possibilidades e o centro tem esse papel, então, por meio do atendimento do psicológico era resgatar porque essas mulheres chegam extremamente fragilizadas, elas chegam com a auto estima comprometida, elas chegam assim, é, simplesmente achando que não são nada, que não são ninguém, então é muito mais o trabalho de resgate dessa mulher, pra que ela possa novamente se olhar, se gostar, se amar (Psicossocial).

O discurso de Fernanda reconhece que a mulheres vítimas de violência tem bastante resistência em seguir em frente com as queixas prestadas, isso porque, segundo a psicóloga, elas se preocupam mais com o agressor do que com a própria situação vivenciada e tentam evitar a sua punição. Albernaz e Longhi (2009, p. 8) afirmam que “gênero é uma operação de classificação cultural. Por meio da cultura usamos o gênero para ordenar nosso pensamento para pensar o que é ser homem e o que é ser mulher, mas não apenas isso”.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

A violência vivenciada por elas configura-se como um tema complexo, relacionado com múltiplas dimensões como a cultura, as relações sociais e, também, individual, decorrente de sua subjetividade. Através das análises dos discursos das profissionais, nos quais elas atribuem às vítimas sentimentos e emoções de medo, de vergonha, de baixa autoestima que justificam a dificuldade que sentem em dar continuidade às queixas policiais. Entendemos que esse cenário esteja relacionado à imagem construída do ser feminino, tanto socialmente como culturalmente, que torna-a uma espécie de protótipo, um padrão de mulher sensível, frágil e dócil.

Conforme pontuam Hanada, D'Oliveira e Schhaiber (2010, p. 34):

A violência configura-se como uma “dramática vivência de negação do humano”, evocando sentimentos de vergonha, humilhação, medos, que caracterizam a tensão e as dificuldades de falar sobre a situação vivida. Trata-se de uma experiência de violação de direitos e de conflitos interpessoais que envolve rompimentos nas relações de intimidade e confiança, permeados de julgamentos morais e de modelos de masculinidade e feminilidade que desqualificam as mulheres no exercício de suas subjetividades.

Nesse processo, o corpo de uma mulher é essencial para definir a sua situação no mundo, mas é insuficiente para defini-la como mulher. A sociedade na qual estamos inseridos traz toda uma construção histórica acerca do que é ser mulher, produzindo prejuízos para o gênero feminino, como ser vítima de preconceitos, racismos, desigualdades e de variadas formas de violência. Observamos então, diante de toda essa problemática, a necessidade de que outras pesquisas sejam desenvolvidas para que possamos analisar com maior eficácia as dificuldades e resistências das vítimas diante desse contexto, entendendo a complexidade e limitações que abrange a violência doméstica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a atuação do profissional de psicologia na assistência às mulheres vítimas de violência no município de Paulo Afonso (BA), na qual pudemos identificar que há um trabalho em rede entre diversas instituições que compõem a assistência. Ocorre no município não apenas a assistência de ordem jurídico-policial, mas também psicossocial que se propõe a trabalhar suas demandas de forma individual e em grupo, buscando o empoderamento e a autonomia das mulheres para que elas consigam ressignificar a violência e reconstruir suas vidas. Deste modo, não há apenas a punição do agressor.

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro| Renilson Pereira dos Santos| Larissa Raposo Diniz

A pesquisa cumpre com seu objetivo ao passo que traz uma descrição dos tipos de violência contra às mulheres mais comuns na cidade e apresenta os serviços, seu funcionamento em rede e o trabalho executado pelas psicólogas entrevistadas, além de identificar o perfil das vítimas que é construído nos seus discursos. Os dados aqui discutidos são relevantes pois mostram como esta política de assistência está sendo operacionalizada e abrem margem para novos estudos que objetivem solucionar as dificuldades encontradas e descritas.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Org.). **Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Recife: Editora Universitária da Ufpe, 2009. p. 75-96. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CREPOP (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS) - **Documento de Referências técnicas para atuação de psicólogos em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.33-59, abr. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100003>. Acesso em: 11 dez. 2018.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. (Brasil). **Relógios da Violência**. 2018. Disponível em: <<http://www.relogiosdaviolencia.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 108 p.

PORTELLA, Ana Paula. NOVAS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas A Ferro: Violência contra a Mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Presidência da República/secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2005. p. 93-99.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. GÊNERO E PATRIARCADO: A NECESSIDADE DA VIOLÊNCIA. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas A Ferro: Violência contra a Mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Presidência da República/secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2005. p. 35-76.